

Eça de Queiroz

A ilustre
Casa de Ramires

C E M A N O S

Beatriz Berrini

ORGANIZADORA

Paulo Monteiro

ILUSTRADOR

educ

 **FAPESP**

© Autores. Direitos de reprodução **educ**

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Nadir Gouvêa Kfourri / PUC-SP

A ilustre Casa de Ramires. Cem anos / org. Beatriz Berrini. – São Paulo : EDUC, 2000.

209p. ; 23 cm.

Bibliografia

ISBN 85.283.0198-2

1. Queiroz, Eça, 1845-1900. A ilustre Casa de Ramires – História e crítica.
2. Romance português – História e crítica. I. Berrini, Beatriz. II. Candido, Antonio.

CDD 86936

EDUC - Editora da PUC-SP

Direção

Maria do Carmo Guedes

Maria Eliza Mazzilli Pereira

Preparação

Sônia Montone

Editoração Eletrônica

Elaine Cristine Fernandes da Silva

Waldir Antonio Alves

Projeto Gráfico e Capa

Moema Cavalcanti

Revisão

Adalberto Ferreira Ramos

Sônia Rangel

Imagem de Capa

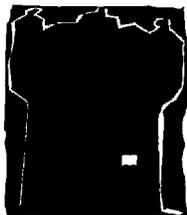
Moema Cavalcanti sobre gravura em linóleo de Paulo Monteiro

educ

Rua Ministro Godói, 1213, 05015-001, São Paulo, SP

Telefax: (011) 3873-3359 / 262-6003

E-mail: educ@pucsp.br



A VISITA AO VELHO SÓTÃO DOS AVÓS¹: UMA REVITALIZAÇÃO DO PRESENTE PELO EXEMPLO DO PASSADO?²

JOÃO ROBERTO MAIA DA CRUZ

E interroguemos essa imagem teórica tão celebrizada do regresso à terra-mãe e à tradição, que seria característico dos anos noventa, do Portugal pós-Ultimato, e teria consagrado no altar nacionalista mestres da Geração de 70, mormente Eça, e outros arautos, como Alberto de Oliveira e Antônio Nobre.

AUGUSTO SANTOS SILVA

Entre os inúmeros problemas que uma obra extensa e rica como a de Eça de Queiroz suscita, são inevitáveis as questões que se tornam objeto de polêmica e colocam-se como desafio para a crítica, servindo mesmo como termômetro de sua maior ou menor acuidade. Especificamente na obra do autor de *O primo Basílio*, os temas polêmicos vão desde questões como a disposição plagiadora de Eça (esta, hoje, já superada), passando pela condenação dos esquematismos e estreitezas de escola (realista-naturalista) que se ve-

1 Buscando precisar o significado do romance histórico, Isaías Pessoti define-o, muito sugestivamente, como "uma visita ao velho sótão dos avós" (Pessoti, Isaías. Vantagens do turismo temporal, *Folha de S. Paulo*, caderno Sótão, 11 set. 1994, pp. 5-6). Aproprio-me desta expressão porque, como sabem os que leram *A Ilustre Casa de Ramires*, o protagonista Gonçalo Ramires escreve um romance histórico.

2 Este texto é uma versão resumida e um pouco modificada de minha Dissertação de Mestrado *Uma Rosa apurada no desconcerto do mundo: A ilustre Casa de Ramires*, defendida em 1996, na Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro, sob a orientação da professora doutora Teresa Cristina Cerdeira da Silva. Passados três anos, penso que n'*A ilustre Casa de Ramires* talvez as coisas sejam um pouco mais ambíguas do que eu supunha. Além disso, minha leitura não demonstra como deveria que o protagonista Gonçalo é, dentre os personagens de Eça, o mais complexo e nuançado. Ainda assim, continuo julgando defensável a tese exposta neste texto, o qual, apesar dos defeitos, marca firmemente uma posição sobre um tema polêmico e busca o debate.

rificariam na construção de seus primeiros romances, até o debate, pleno de indicações substantivas e, também, de simplificações brutais, a respeito da última fase da carreira literária de Eça, cujas obras seriam representativas de uma suposta atitude de conformismo que marcaria a vida do escritor em sua maturidade.

Com efeito, alguns estudiosos costumam dividir a carreira de Eça de Queiroz em duas fases principais, tendo como ponto de partida sua primeira grande produção literária, *O crime do padre Amaro*, e relacionam tais fases – às vezes de modo muito esquemático e simplificador – com a experiência de vida do escritor.

Assim, o Eça jovem, socialista, pretende afirmar um ideal de civilização que se associa à noção de progresso, ao desenvolvimento técnico-industrial. Ora, a sociedade portuguesa de sua época – atrasada, apática, sob o domínio de uma oligarquia fundiária, vítima da instabilidade política, presa a esquemas educativos deformadores, dominada por uma mentalidade religiosa conservadora e pela hipocrisia do moralismo pequeno-burguês e provinciano – estava nos antípodas do ideal civilizatório de Eça. Por isso, era imperativo para o escritor assumir uma atitude de combate à situação presente, observar metódica e cientificamente a realidade social com vistas à consecução de um grande inquérito de caráter reformista da sociedade portuguesa e à remoção dos “formidáveis empecilhos”³ à sua transformação. Em suma, cabia ao escritor fazer uma literatura que, com base nos postulados cientificistas do realismo oitocentista, contribuísse para colocar o país em sintonia com as nações mais avançadas.

Já o Eça maduro, “vencedista”, que casa com uma representante da aristocracia portuguesa, afasta-se de tal ideal civilizatório. Em consequência, os romances da última fase do escritor ilustram de modo inequívoco o abandono dos compromissos de reforma social da juventude na medida em que realçam valores tradicionais. Para João Medina, importa ressaltar, no que diz respeito ao “último Eça”, a saudade da pátria, a amargura do escritor face ao exílio imposto pelo exercício da função diplomática. Assim, conformista e desencantado,

3 Expressão utilizada por Eça de Queiroz em carta a Teófilo Braga, in QUEIROZ, Eça de, s/d. *Obras de Eça de Queiroz*, v. 3, p. 517.

Eça recomendaria “à nobreza (...) uma retirada para o feudalismo agrário (...), entoando um hino às belezas da terra portuguesa”⁴. E para um estudioso como Jaime Cortesão, “quando soa a hora dramática do *Ultimatum* inglês, em 1890, Eça incorpora-se ao grupo dos intelectuais portugueses que, mais ou menos, buscam por diferentes formas a tradição nacional”⁵.

Para expor a fragilidade deste esquema em que se baseia a interpretação tradicional da trajetória de Eça, é oportuno lembrar que justamente neste período de maturidade, supostamente marcado pelo conservadorismo do escritor, ele escreve seus textos mais críticos do ponto de vista político e social⁶, que, por exemplo, expõem uma crítica severa ao poder econômico da burguesia e prevêm até mesmo (embora sem defendê-la) a tomada do poder pelo emergente proletariado e o conseqüente “desmanche” do capitalismo⁷. Como ficamos?

É preciso ter em conta a complexidade de uma trajetória biográfica e artística como a de Eça de Queiroz, trajetória marcada por desajustes, continuidades e contradições que desabonam as relações esquemáticas e mecânicas entre a vida e a obra do grande escritor português.

Penso que Álvaro Lins tem razão quando diz que o socialismo de Eça foi, na verdade, “um socialismo sentimental que se mantém invariável desde *As farpas* até as *Últimas páginas*”⁸. A aspiração de Eça a uma sociedade livre de iniquidades sociais não se sustentava na necessidade de ruptura da ordem institucional vigente, tampouco se amparava no protagonismo histórico das classes oprimidas. Fortemente influenciado pelo proudhonismo, nosso autor não defendia greves ou partidos políticos com capacidade para mobilizar e organizar a luta do emergente proletariado. Na verdade, não via com bons

4 PIWNIK, Marie-Hélène. “Gonçalo Ramires: História de uma degeneração”. In: LIMA, Isabel Pires de (org.), 1990. *Eça e Os Maias*, p. 221.

5 CORTESÃO, Jaime, 1994. *Eça de Queiroz e a questão social*, p. 35.

6 CANDIDO, Antonio. “Eça de Queiroz entre o campo e a cidade”. In: PEREIRA, Lúcia Miguel e REYS, Câmara (orgs.). *Livro do centenário de Eça de Queiroz*. Lisboa/Rio de Janeiro : Edições Dois Mundos, 1945, p. 155.

7 Ver a crônica de Eça intitulada “O inverno em Paris”. In: QUEIROZ, s/d. *Op. cit.*, v. 2, pp. 1312 -1318.

8 LINS, Álvaro, 1945. *História literária de Eça de Queiroz*. p. 176.

olhos o enfrentamento entre as classes e entendia que a revolução deveria “ser preparada na região das idéias e da ciência; espelhada pela influência pacífica de uma opinião esclarecida; realizada pelas concessões sucessivas dos poderes conservadores; enfim, uma *revolução pelo Governo (...)*”⁹.

Se, por um lado, os primeiros romances de Eça, como os romances da década de 70, fazem uma crítica impiedosa, com empenho reformista, da sociedade portuguesa do século XIX, por outro lado, sustentam um programa que não coloca em causa a ideologia do progresso, muito em voga na Europa oitocentista. Na verdade, a crença no progresso – alicerçado no desenvolvimento científico e na difusão das “idéias modernas” – constitui a pedra-de-toque do programa do realismo de que os primeiros romances de Eça são veículos. Tal programa – que visa, como dissemos, a combater a decadência de Portugal, apontando para a urgência da modernização das estruturas do país no sentido da justiça social e da obtenção dos avanços tecnológicos, econômicos e culturais que caracterizam as sociedades técnico-industriais – tem pressupostos deterministas que serão colocados decisivamente em causa, no âmbito da obra de Eça, em 1888, ano em que aparece o romance que é considerado por muitos a obra-prima do autor: *Os Maias*¹⁰.

Efetivamente, será um romance da fase final da produção eciana, considerado o mais representativo da atitude “desistente” do escritor, *A cidade e as serras*, que vai expor – através do personagem Zé Fernandes – uma crítica à forma de organização das sociedades técnico-industriais e suas conseqüências funestas: os índices cada vez mais elevados de pobreza urbana, de exclusão social. Assim, na última fase de sua carreira intelectual, Eça de Queiroz – juntamente com Oliveira Martins – integra o grupo de intelectuais da Europa finissecular que questiona com empenho “a exaltação da sociedade urbana, industrial e científica em expansão; e a crença cega no valor do pro-

⁹ QUEIROZ, s/d. *Op. cit.*, v. 3, p. 1007. Os grifos são meus.

¹⁰ Para uma leitura de *Os Maias* que lance luz sobre aspectos da composição deste romance que constituem uma rejeição dos pressupostos “científicos” do realismo positivista, ver FREELAND, Alan, 1989. *O leitor e a verdade oculta: Ensaio sobre Os Maias* e LIMA, Isabel Pires de, 1987. *As máscaras do desengano: Para uma abordagem sociológica de Os Maias de Eça de Queiroz*.

gresso tecnológico e da panóplia teórica disponíveis, com a decorrente subalternização das dimensões religiosas e filosóficas”¹¹.

Outros estudiosos afirmam que a diferença entre as fases da produção ficcional de Eça no que respeita à crítica à sociedade de seu tempo “é mais de tom que de natureza”¹². E se “o tom ameniza-se, o humor faz-se menos duro e mais leve há maior compreensão pela pobre humanidade etc.”, por outro lado, o ceticismo torna-se provavelmente mais forte¹³.

Isabel Pires de Lima discorda da distinção “entre o humor e a ironia proposta por Mario Sacramento, o primeiro dominante numa fase inicial da obra realista de Eça, a segunda dominando numa segunda fase da maturidade”. Para Isabel Pires de Lima, o que Sacramento considera humor e ironia corresponde a atitudes mentais que se vinculam ao que ela enuncia “como sendo as duas marcas essenciais da ironia queirosiana desde a primeira hora”. Sendo assim, sempre segundo a autora, coexistem em Eça uma prática irônica “predominantemente otimista, ‘interrogativa’, (...) pronta a questionar a realidade, a julgar, a intervir”, e uma prática irônica “inspiradamente pessimista, evidentemente ‘dupla’ (...) atenta à ambigüidade da realidade aparente, mas visando à suspensão do jogo, à inação”. E para Lima é “admissível a preponderância do primeiro tipo, na fase militantemente realista-naturalista de Eça”, verificando-se “uma prática irônica do segundo tipo” como dominante na obra eciana da maturidade. No entanto, esta visão dicotômica do problema, rejeitando o esquematismo, sustenta-se no reconhecimento de que “a ironia é sempre, simultaneamente, interrogativa e dupla”¹⁴. A ser assim, a ironia estende-se ao conjunto da obra de Eça e – uma vez que a prática irônica tem complexidade considerável – desautoriza as interpretações unívocas de cada uma das fases da carreira do autor.

É justamente a atenção dedicada às estratégias da ironia eciana que constituirá um dos suportes de minha leitura de *A Ilustre Casa de*

11 SILVA, Augusto Santos. “Para uma perspetivação histórico-sociológica da obra de Eça de Queiroz”. In: LIMA, Isabel Pires de (org.), 1990. *Op. cit.*, p. 279.

12 CIRURGIÃO, Antônio, 1969. “A estrutura de *A Ilustre Casa de Ramires* de Eça de Queiroz”. *Ocidente*, v. LXXVII, p. 140.

13 BERRINI, Beatriz, 1984. *Portugal de Eça de Queiroz*. p. 354.

14 LIMA, 1987. *Op. cit.*, pp. 233-234.

Ramires. Notadamente neste livro do “último Eça”, através da trajetória de Gonçalo Mendes Ramires – o protagonista do romance, “o maior fidalgo de Portugal” – corporificar-se-ia, de acordo com a interpretação mais tradicional, a oposição entre a imagem grandiosa do passado, o vigor das tradições e valores do velho Portugal e a esterilidade do presente dos Ramires oitocentistas, bem como o revigoreamento deste mesmo presente à luz do exemplo forte do passado “heróico” – revigoreamento consubstanciado sobretudo no final do romance em que o protagonista parte para a África, torna-se explorador colonial e é convertido numa espécie de símbolo do país. Se aceitarmos esta leitura, endossamos a tese segundo a qual o Eça da fase final é o escritor “apologista da Tradição” ou que proporia à nobreza, no contexto da crise do *fin-de-siècle* português, “a emigração para as colônias africanas e sua valorização”¹⁵. Se, entretanto, estivermos atentos às armadilhas preparadas pela prática irônica eciana, em lugar do tradicionalismo ou da “panacéia ultramarina”, talvez possamos dizer que n’*A ilustre Casa de Ramires* configura-se o remate do painel crítico do Portugal oitocentista com o qual o autor – que já vergastara a burguesia e o clero portugueses nos primeiros romances – deixa em maus lençóis – agora de modo mais sutil, sem o sarcasmo e os processos deterministas de explicação da sociedade que caracterizaram a sua fase realista-naturalista – uma outra fração das elites portuguesas: a aristocracia tradicional. É o que tentarei demonstrar neste texto.

II

Na primeira cena de *A ilustre Casa de Ramires* veremos Gonçalo Mendes Ramires trabalhando na elaboração de sua novela histórica, *A torre de D. Ramires*, que se destina à publicação nos *Anais de Literatura e de História*, revista fundada por seu companheiro dos tempos de estudante em Coimbra, José Castanheiro. O objetivo da revista é o de “reatar a tradição”, idéia fixa de Castanheiro. Por seu lado, Gonça-

15 PIWNIK, in LIMA, 1990. *Op. cit.*, p. 221.

lo anima-se a escrever a novela menos pelo intento de retomar a tradição que pelo desejo de projeção social. Sem ânimo para o esforço da pesquisa histórica, indispensável para o tipo de obra que pretende escrever, Gonçalo utiliza-se de um antigo poema do seu tio D. Duarte, *O castelo de Santa Ireneia*, que conta os feitos dos Ramires nos tempos de D. Afonso II, e apenas transpõe “as formas fluidas do Romantismo de 1846 para a sua prosa tersa e máscula”¹⁶. Para salvar as aparências quanto ao empenho de investigação histórica e elaboração literária, atulham a mesa de trabalho de Gonçalo “rijos volumes da *História genealógica*, todo o vocabulário de Bluteau, tomos soltos do *Panorama* e, ao canto, em pilha, as obras de Walter Scott”¹⁷. Como se vê, a princípio, Gonçalo não se vincula a esse passado por nenhum sentimento íntimo; seu “orgulho de estirpe” é apenas fachada. Move-o somente a “sede de nomeada”, como diria o Brás Cubas de Machado. Desse modo, se o empreendimento literário tem seu valor amesquinhado ao reduzir-se às facilidades do plágio e ao oportunismo carreirista, salvaguarda-se, não obstante, sua face pública e respeitável: reatar tradições e raízes históricas, esforços de investigação erudita, labor literário, valor artístico.

Ainda no primeiro capítulo expõe-se a genealogia dos Ramires cujo solar de Santa Ireneia, “mais antigo na Espanha que o Condado Portucalense”, havia resistido “às fortunas e aos tempos”¹⁸. Colocadas em paralelo, no âmbito de uma relação especular e simbólica, a história da nação portuguesa e a trajetória dos Ramires espelham-se reciprocamente, quer seja nos seus momentos de grandeza (ou de suposta grandeza), quer seja nos episódios dos tempos em que “como a nação, degenera a nobre raça” – degenerescência que se mantém até o século XIX, em que vive o último representante da estirpe ramírica, Gonçalo, “bacharel formado com um *r* no terceiro ano”¹⁹. Efetivamente, esta junção nação-raça está vinculada aqui à idéia de decadência. Sabemos que o conceito de decadência é central no diagnóstico da situação de Portugal feito pelos principais autores da

16 QUEIROZ, s/d. *Op. cit.*, v. 1, p. 1188.

17 QUEIROZ, s/d. *Op. cit.*, v. 1, p. 1179.

18 QUEIROZ, s/d. *Op. cit.*, v. 1, p. 1180.

19 QUEIROZ, s/d. *Op. cit.*, v. 1, p. 1181.

Geração de 70: Eça, Antero de Quental e Oliveira Martins. Na obra destes autores, tal conceito deve ser compreendido no plano da história da cultura, como “a queda progressiva, o declínio, o começo da dissolução de qualquer realidade viva e, muito particularmente, de uma realidade sócio-cultural ou histórico-cultural: uma nação, um Estado, uma Civilização”²⁰. Para uma geração como esta, com ímpeto intervencionista e empenho cívico, que fez da interrogação sobre a identidade nacional um de seus principais compromissos éticos, intelectuais e artísticos, refletir sobre a trajetória de decadência da nação portuguesa constituía intento programático: apontar os males do passado, que têm incidência no presente, interiorizá-los criticamente pelo esforço reflexivo para evitá-los no futuro.

N’*A ilustre Casa de Ramires* a trajetória de fastígio e degenerescência da linhagem ramírica mimetiza os momentos de força e decadência nacionais. Esta vinculação entre os Ramires – que são metonímia da aristocracia tradicional portuguesa – e a nação pode ser entendida, a meu ver, em termos ideológicos – ideologia sendo aqui considerada como uma concepção da realidade social que está vinculada a uma posição de classe. A “nobre raça” constitui o conjunto dos ascendentes e descendentes da família dos Ramires. Ao portar, supostamente, atributos como os de “heroísmo”, “lealdade”, “nobreza de espírito” – que são também, como num reflexo, atributos constitutivos do “modo de ser” da nação portuguesa, pois se revelam “em cada lance forte da História de Portugal” –, ou protagonizar episódios que estampam um estado de decadência – que não é apenas seu mas da nação – a estirpe dos Ramires ganha amplitude significativa. Com base na natureza especular e simbólica da relação entre a “nobre raça” e a nação portuguesa, parece-me que não é forçar a nota dizer que a aristocracia configura-se aqui como a portadora de atributos identitários que são os mesmos de Portugal. Na craveira de sua autoimagem de classe social superior, a aristocracia, heróica ou decadente, resume a nação e, no limite, a personifica. Por isso, sob a aparência de um gracejo descompromissado, Gonçalo revela de certo modo uma auto-representação de classe:

20 PIRES, Antônio M. Bittencourt Machado, 1980. *A idéia de decadência na Geração de 70*. p. 19.

*A extinção dos Barrolos é uma limpeza. Mas, acabados os Ramires, acaba Portugal. Portanto, Sra. D. Graça Ramires, depressa, em nome da nação, um morgado.*²¹

Esta convergência de identidade entre a nobreza e Portugal reforça-se, evidentemente, no final de *A ilustre Casa de Ramires*, quando João Gouveia faz o balanço das qualidades e defeitos de Gonçalo Ramires, cuja linhagem o eleva à condição de representante maior da aristocracia, e conclui que o Fidalgo da Torre se assemelha a Portugal.

No entanto, esse desfecho do romance, aparentemente simples e dotado de força elucidativa, tem suscitado interpretações conflitantes por parte da crítica especializada. Sem prejuízo de sua face ostensiva de “moral da história”, que esclarece o caráter simbólico do personagem principal, este final tem algo de artificioso cuja potencialidade crítica e envergadura explicativa, quanto ao movimento geral do romance e ao significado da produção literária do “último Eça”, exigem, como veremos, o devido “pé atrás”.

Além da glória literária, Gonçalo Ramires aspira ao poder político. Quer sair do “buraco rural” em que vive, ir para Lisboa e tornar-se membro da “parceria política que governa a herdade chamada Portugal”²². Representante de uma aristocracia rural decadente, vivendo num tempo em que a burguesia enriquecida recebe títulos de nobreza e abocanha cargos políticos importantes, Gonçalo está convencido de que a entrada na política constitui a possibilidade de recuperação do prestígio perdido pela casta nobiliárquica. A comparação de Portugal com uma “herdade” é sintomática, pois remete a uma tradição aristocrático-agrícola cuja vigência plena remonta à época anterior às revoluções liberais em que as grandes propriedades fundiárias constituíam o fator determinante da riqueza, autoridade e força política da aristocracia portuguesa. Efetivamente, com a desmontagem da estrutura senhorial – condição indispensável para a transformação progressiva da renda fundiária em “renda capi-

21 QUEIROZ, s/d. *Op. cit.*, v. 1, p. 1235.

22 QUEIROZ, s/d. *Op. cit.*, v. 1, p. 1247.

talista” no contexto da transição para o capitalismo mercantil em Portugal²³ –, a nobreza tradicional é obrigada a lutar para participar da “parceria política” e, assim, poder voltar a “mandar na fazenda”:

Nós, os portugueses pertencemos todos a duas classes: uns cinco a seis milhões que trabalham na fazenda, ou vivem nela a olhar, como o Barrolo, e que pagam; e uns trinta sujeitos em cima, em Lisboa, que formam a parceria, que recebem e que governam. Ora, eu, por gosto, por necessidade, por hábito de família, desejo mandar na fazenda.²⁴

Assim, ao mesmo tempo que enseja a Gonçalves a retomada parcial do prestígio de sua classe, o exercício do poder político cumpre um projeto que se resume à satisfação de um gosto pessoal entroncado no hábito ancestral do mandar, vazio de princípios, descolado da assunção de responsabilidades públicas, à margem de considerações programáticas.

De modo reiterativo, esta concepção irresponsável da prática política foi, como se sabe, objeto da crítica de Eça de Queiroz, não apenas em seus romances como em seus escritos políticos. Desde *As farpas*, as práticas e instituições do regime constitucional português – a pequena estatura moral e política dos homens públicos, a rotatividade no poder de partidos políticos que se igualam pela ausência de base ideológica e programática, a retórica empolada e oca das tribunas – não escaparam ao exame crítico impiedoso, muitas vezes sarcástico, do autor de *A relíquia*. Como afirma Beatriz Berrini, o político, nos livros de Eça, é quase sempre caracterizado “pela limitação da inteligência, pela falta de educação nas maneiras, pelo pouco asseio”²⁵. Porém, como veremos, a apreciação do assunto política n’*A ilustre Casa de Ramires* enquadra-se numa perspectiva que está além da mera grosseria e escassez de espírito dos políticos, pois coloca em pauta os limites da política constitucional portuguesa do século XIX através da consideração de uma ordem de problemas ligada à questão das relações entre o público e o privado.

23 CABRAL, Manoel Villaverde, 1977. *O desenvolvimento do capitalismo em Portugal no século XIX*. p. 22.

24 QUEIROZ, s/d. *Op. cit.*, v. 1, p. 1247.

25 BERRINI, Beatriz, 1984. *Op. cit.*, p. 263.

Gonçalo nutre um ódio de morte por André Cavaleiro, o Governador Civil de Oliveira. Descreve-o fisicamente de modo burlesco, cobre-o de insultos, e tudo o que diz respeito a André recebe de Gonçalo tratamento mordaz. A virulência das opiniões do Ramires sobre o Cavaleiro – que tornará absurda a reconciliação posterior, explicitando seu caráter interesseiro – é atribuída, no domínio público, a divergências políticas. Porém, o acesso ao plano íntimo do personagem revela que motivações pessoais são tomadas erroneamente como razões de foro público. E o verdadeiro destinatário do ódio de Gonçalo não é o homem público André, mas o homem que, no passado, abandonou Gracinha Ramires:

*O fidalgo encolhera os ombros. A Política! Como se ele pensasse na Autoridade, no Sr. Governador Civil de Oliveira – quando injuriava o Sr. André Cavaleiro, de Corinde! O que detestava era o homem – o falso homem de olho langoroso!*²⁶

Por ser assim, rebaixa-se a instância do público ao nível do pretexto, meio de salvaguardar aparências particulares, ao passo que as razões determinantes, que se localizam na instância do privado, mantêm-se na sombra, na impossibilidade de se publicizarem.

São muitos os exemplos desse baralhamento entre as noções de público e privado e do alheamento aos deveres públicos no plano da prática política n'*A ilustre Casa de Ramires*.

Com efeito, a permeabilidade da função política às injunções do interesse privado debilita a noção de público, cuja vacuidade torna-se moeda corrente, índice de degradação das práticas políticas, traduzindo-se no apagamento da consciência de dever público a cumprir. Por ser assim, o deputado Sanches Lucena considera o exercício da função legislativa como uma distração: ele gostava daquela “distração das câmaras”²⁷. Do mesmo modo, com o despudor que o caracteriza, Cavaleiro descarta logo as razões de ordem política ao tentar explicar a Gonçalo o motivo por que aparecia pouco em Corinde, pois não são seus afazeres públicos que verdadeiramente o ocupam: “E, compreendes bem que não me retêm em Oliveira os cuidados da admi-

²⁶ QUEIROZ, s/d. *Op. cit.*, v. 1, p. 1203.

²⁷ QUEIROZ, s/d. *Op. cit.*, v. 1, p. 1228.

nistração...”²⁸. Mesmo quando considerado como razão altaneira, o interesse público não se sustenta como tal, pois, na verdade, faz papel de desculpa esfarrapada. Por isso, Gonçalo não convence e soa tão falsa a explicitação do “interesse do País”, como recurso argumentativo, na sua vã tentativa de dissipar na própria consciência a humilhação que lhe causava a idéia indefensável da reconciliação com André Cavaleiro.

Reconciliação feita, é entretanto necessário esclarecer o caráter das relações que se restabelecem. Assim, Gonçalo tenta explicar ao cunhado José Barrolo e à irmã Gracinha, atônitos, os motivos da reconciliação repentina com o inimigo ferrenho. Figuradamente, o ato de explicar e o discurso que explica são recursos de uma cena teatral cujo móvel é, contraditoriamente, o intento de ocultar. Explica-se o fidalgo:

*Aceitei [a designação para ser candidato], está claro, com condições; e muito fortes. Mas aceitei... Neste caso, como vocês sabem, convém que o candidato se entenda com o Governador Civil. Eu, ao princípio, não queria renovar relações. Instado, porém, muito instado de Lisboa, e por considerações superiores de política, consenti neste sacrifício. Eu fiz esse... O André, de resto, foi muito amável, muito afetuoso. De sorte que estamos outra vez amigos. Amigos políticos: mas muito bem, muito lealmente... Almocei hoje com ele em Corinde, viemos juntos pelos Freixes. Uma tarde linda! Enfim renasceu a antiga harmonia. E a eleição está segura.*²⁹

Passando ao largo da mentirada que está em plano ostensivo (explicitação de condições para aceitar candidatar-se, pedidos de Lisboa, sacrifício pelo país), detenhamo-nos na parte final da fala de Gonçalo, que expõe e denuncia, malgrado a intenção diversa do personagem, os cordelinhos de um jogo político cujo substrato é o baralhamento das esferas do público e do privado. Segundo Gonçalo, ele e André voltaram a ser amigos, mas ressalva: “amigos políticos”. Por ser assim, concluímos que o reatar da convivência confina-se

²⁸ QUEIROZ, s/d. *Op. cit.*, v. 1, p. 1299.

²⁹ QUEIROZ, s/d. *Op. cit.*, v. 1, p. 1305 – grifos meus.

às relações da vida política. No entanto, Gonçalo afirma logo a seguir que entre ele e André “renasceu a antiga harmonia”. Se assim aconteceu, intuímos que o que se reatou foi a familiaridade anterior, ou seja, uma relação de amizade pessoal. Como se vê, trata-se de uma fala contraditória, fora de foco, em que as noções do público e do privado se alternam e se confundem, debilitando-se o exercício explicativo na razão inversa da afirmação do intento dissimulador. A fala não esclarece a natureza das novas relações entre Gonçalo e André. São relações privadas? Voltaram a ser os antigos companheiros da época em que Ramires e Cavaleiros eram famílias vizinhas? Ou são apenas públicas as relações? Trata-se somente de entendimentos entre o candidato a deputado e o Governador Civil? Como ficamos?

Enredado num dilema imposto pelo seu projeto de fazer carreira política, dividido entre o temor de manchar a honra familiar e o desejo de sair do “buraco rural”, Gonçalo aspira a um objetivo que, como ele próprio sabe, na verdade é inacessível: obter os dividendos da empreitada política sem arcar com o ônus moral da reconciliação interesseira. Por isto, podemos dizer que o caráter contraditório do discurso explicativo de Gonçalo traduz preocupações e incertezas que dificultam sua tentativa de adequar satisfatoriamente vantagens políticas e respeitabilidade pessoal e familiar, convertendo as instâncias do público e do privado em esferas inconciliáveis (no âmbito da consciência moral) cuja impossibilidade de harmonização dá lastro a considerações de cunho dilemático. No entanto, a despeito dos dilemas de consciência do personagem e de suas explicações desajustadas, na prática, conveniências e contradições se acomodam, formando arranjo pouco convincente mas funcional. Por outro lado, o *déficit* no empenho explicativo converte-se em *superávit*, para o leitor crítico, no que respeita ao desvelamento das forças que regem o jogo político no romance: a dissimulação das motivações reais dos atos na tentativa vã de encobrir o que há neles de indefensável, bem como a indeterminação das fronteiras entre o público e o privado em função do desígnio de viabilizar interesses nem sempre confessáveis.

Intenções que se ocultam, noções que se deslocam e se esvaziam, explicações que nada explicam e cujo grau de eficácia está antes na capacidade de encobrir. Tudo somado, estamos aqui nos domíni-

os de um teatro de máscaras. E é pelo mascaramento das contradições que se tornam possíveis, na prática, a reconciliação interesseira, a mudança de partido por cálculo eleitoral, o plágio de um poema laudatório para escrever uma novela dita histórica, a saída do buraco rural e, como veremos, o enriquecimento na África.

III

Em sua relação com os pobres afloram decisivamente as contradições e ambigüidades de Gonçalo Ramires, o personagem mais matizado de *Eça de Queiroz*. Entre sua reputação, socialmente constituída, de fidalgo muito generoso e atencioso, sobretudo com os humildes, e os valores de classe que dão lastro a distinções incontornáveis no plano das relações sociais, há uma defasagem de fundo. O Gonçalinho é realmente um homem generoso, porém sua generosidade com os pobres tem de ser filtrada por uma visada crítica que não negligencie as separações geradas pelas representações – e auto-representações – de classe, com vigência nas relações do Fidalgo da Torre com os humildes. Assim, quando Gonçalo encontra na estrada um pobre homem, lavrador, com uma ferida no tornozelo que o obriga a coxe-ar, num esforço doloroso, para continuar a caminhada, o fidalgo oferece imediatamente a égua em que trotava. A solidariedade do gesto reveste-se de uma importância não ajustada à sua dimensão real aos olhos do humilde lavrador. Porque excede o que julga serem os marcos confinantes de sua condição social e, mais ainda, uma concessão indevida da parte de um fidalgo, o lavrador Manuel Solha recusa, “como no espanto de um sacrilégio”, o oferecimento. A resposta autoritária de Gonçalo, convertendo em ordem o que era gentileza de gesto, reforça o ordenamento estanque das divisões de classe: “Monte, que mando eu! Vossemecê é um lavrador de enxada, eu sou um doutor formado em Coimbra, sou eu que sei, sou eu que mando!”³⁰. Dessa maneira, sob a chancela do saber diplomado, o oferecimento torna-se imposição superior, e o Solha, simples lavrador de enxada,

30 QUEIROZ, s/d. *Op. cit.*, v. 1, p. 1225.

não pode senão aceitar o favor, ou antes, nos domínios de uma equivalência inopinada, submeter-se à ordem. No fim das contas, a tendência a fazer o bem e mostrar-se solidário não se distingue objetivamente do prazer de testar prerrogativas com que a sociedade de classes distingue alguns de seus membros, quer seja por injunções do poder econômico e político, quer seja – e este é o caso – por prestígios nobiliárquicos e/ou bacharelescos.

O caráter contraditório das relações de Gonçalo com os pobres – que se traduz basicamente pelo desajuste entre atos generosos e afirmações de fidalgo cioso de sua autoridade e de seus privilégios – chega ao paroxismo no episódio de arrendamento das terras próximas à Torre, com resultados duros para o lado mais fraco, o do lavrador José Casco dos Bravais e sua família. Efetivamente, as conseqüências da situação invertem os papéis de infrator e vítima, dissolvendo a igualdade de direitos no jogo da polarização de classes, com vantagem óbvia para o mais forte e danos graves para a noção de justiça e seu aparato institucional.

Sem embargo do seu acordo anterior com o José Casco, Gonçalo aceita a proposta mais vantajosa de arrendamento das terras que lhe faz o Pereira Brasileiro, um lavrador abastado. Sob a força do interesse pecuniário, a palavra empenhada não tem vigência. Como não houve documento assinado, o fidalgo pode não apenas não cumprir a palavra dada como negar – para os outros e para si próprio – que a empenhou. Os erros cumulativos têm correspondência na vantagem dupla de não comprometer publicamente sua reputação com a prova de que é homem que falta com a palavra e de apaziguar a própria consciência. A confiança no arranjo favorável da situação (do ponto de vista de Gonçalo) deve-se ao reconhecimento da eficácia dos mecanismos sociais de conservação de primazias e expropriação dos direitos em função da força desigual dos interesses em jogo. Efetivamente, a palavra de um fidalgo que falta com a palavra dada terá, como sabemos, precedência sobre o testemunho de um lavrador ludibriado.

Importa referir a cena em que a pobre mulher do José Casco, acompanhada pelos dois filhos pequenos, vai à Torre implorar a Gonçalo a libertação do seu marido, e a cena em que o próprio Casco

pede perdão a Gonçalo e faz-lhe juras de fidelidade inabalável. As duas cenas, de forte carga emotiva, extraem força artística do manejamento sutil das contradições, conjugando, com o tempero da ironia, compadecimentos e friezas de cálculo, cuidados de homem que se sente culpado e desprezos de fidalgo, súplicas de alguém ludibriado e punido e recompensas para quem ludibriou e puniu.

A princípio, o cálculo político tem primazia quando Gonçalo é informado por Bento quanto à presença da mulher do Casco na Torre a suplicar a liberdade de seu marido. Em lugar de afligir-se com o drama da mulher que estava “numa agonia, entre gritos, arrastando os filhos suplicantes até o porão da Torre”, exaspera-se com o risco que ele, Gonçalo, correrá “nas vésperas da sua eleição, aparecendo a todas as freguesias enternecidas como um fidalgo desumano”³¹. Progressivamente, porém, sob o aguilhão da consciência pesada, a irritação egoísta cede lugar ao compadecimento, e este se transforma em culpa.

Para aqueles cujo sofrimento cotidiano traz a marca das promessas não cumpridas, a experiência confere à formação do juízo o travo permanente da desconfiança. Assim, a pobre mulher não se convence imediatamente com a garantia que lhe dá Gonçalo de que seu marido será solto. O empenho da palavra de Gonçalo confere à cena caráter irônico e crítico. Como sabemos, a origem dos tormentos da família do lavrador está justamente no fato de o Ramires não ter cumprido a palavra dada. Reforçando a ironia da situação, o Bento, criado do fidalgo, ralha com a mulher por ela duvidar da “palavra do Sr. Doutor”³².

Corroído pela dor da culpa, compungido pela certeza de ter sacrificado toda uma família em nome de um orgulho despropositado, Gonçalo acolhe um dos filhos do Casco e impede que o garoto (que está com febre) enfrente de novo a chuva cerrada. Os cuidados extremos dispensados ao garoto contrastam efetivamente com a apreciação de uma fidalguia *soi-disant* superior diante da gente pobre: “Que porcaria de gente!”³³.

31 QUEIROZ, s/d. *Op. cit.*, v. 1, p. 1286.

32 QUEIROZ, s/d. *Op. cit.*, v. 1, p. 1288.

33 QUEIROZ, s/d. *Op. cit.*, v. 1, p. 1289.

Na outra cena, a do pedido de perdão do Casco a Gonçalo, a assimetria dos personagens dá lastro a distinções sociais cuja força de permanência constitui a instância distributiva dos papéis de vítima e de culpado, invertendo-os sem embargo das considerações virtuais em favor do racionalmente correto ou eticamente justo. Ou antes, a inversão dos papéis atrela tais considerações – que aparecem no diálogo dos personagens, embora invertidas, em homologia com os papéis trocados – a prerrogativas classistas, diante das quais não há lugar para o discernimento isento, capaz de equacionar as determinações da situação no sentido de uma resolução justa. Neste contexto, compreende-se que o pobre lavrador, ludibriado e castigado, considere a si próprio culpado, enquanto aquele que não cumpre a palavra empenhada e ainda castiga, em função de sua condição de fidalgo e suas relações com os poderosos, é considerado a vítima pela verdadeira vítima.

Gonçalo reconhece, para si próprio, a disparidade que há entre a limitação do seu feito e a intensidade da gratidão demonstrada pelo lavrador. Sem ilusão (e ainda mais sob o aguilhão da culpa), o fidalgo bem sabe que abrigar uma criança em sua casa para impedir que ela tornasse a enfrentar a chuva cerrada não é propriamente um ato digno de preitos. E ao fazer tal constatação, pensa na facilidade de se tornar “rei popular” num mundo tão sentimental:

*E esta certeza mais o animava a obedecer às recomendações do Cavaleiro – a começar imediatamente as suas visitas aos influentes eleitorais, essas adúladoras visitas que assegurariam à eleição uma unanimidade arrogante.*³⁴

A imagem do pobre homem suplicante, vergado pelo castigo e pela dor, a oferecer-lhe a própria vida em nome de sua gratidão, homem a quem ele faltara com a palavra, aguça no Fidalgo da Torre o empenho de manipulação do sentimento popular em proveito próprio. E, em momentos como este, a generosidade de Gonçalo esfuma-se diante de uma ambição que desvela toda a força de uma desfaçatez de classe.

34 QUEIROZ, s/d. *Op. cit.*, v. 1, p. 1319.

IV

Na contramão dos críticos que, diante de um personagem tão simpático, elegante e ainda por cima aristocrata, tendem a dar relevo a seus aspectos positivos, fazendo tábua rasa das impropriedades de sua conduta, tenho insistido na consideração de que os passos em falso do fidalgo exigem exame crítico mais rigoroso, por meio do qual o plano da reputação constituída, fundada num jogo de aparências socialmente fixadas, passa a funcionar, figuradamente, nos domínios de um terreno movediço. É preciso agora examinar o episódio que marca o início do processo de revitalização de Gonçalo Ramires: o da surra no valentão de Nacejas. De acordo com a interpretação mais tradicional, a partir desse episódio, o Fidalgo da Torre, sob a influência do exemplo vigoroso do passado, regenera-se do ponto de vista moral, superando a condição de aristocrata decadente e pusilânime.

Sob efeito das ilusões do triunfo, o episódio adquire um valor não ajustado à sua dimensão verdadeira, e o fidalgo considera-se enfim um “homem”. De volta à Torre, é saudado pelos parentes e criados como um verdadeiro herói. Recontando a história da surra diversas vezes, Gonçalo encarece a violência das “cutiladas silvantes que arrancavam febra e sangue”³⁵. O leitor atento logo percebe que há aqui um passo em falso, ou seja, que esta recepção triunfal subverte o senso das proporções e rende à violência um preito. Pois, na verdade, o feito nada teve de heróico e a celebração da ferocidade como atributo de um verdadeiro homem constrange. Sendo assim, importa assinalar que justamente o pior exemplo dos avós – a brutalidade ominosa que marca suas trajetórias – constitui o emblema de grandeza do último Ramires.

À medida que vai sendo transmitida, a história da surra ganha novos contornos, detalhes acrescentados pela imaginação; forma-se, enfim, a lenda da bravura de Gonçalo. A repercussão da “façanha” logo ultrapassa o domínio doméstico. Gonçalo é recebido triunfalmente na Assembléia como “o vencedor de uma batalha ilustre”³⁶.

35 QUEIROZ, s/d. *Op. cit.*, v. 1, p. 1381.

36 QUEIROZ, s/d. *Op. cit.*, v. 1, p. 1389.

Alguém lembra que o acontecimento merece que se celebre “um *Te Deum* de graças”³⁷. Até os jornais de Lisboa e do Porto festejam o acontecimento. Com efeito, sob a prevalência da ironia, o desajustamento entre a grandiosidade da celebração e a banalidade do feito celebrado pode servir de ponto de partida para uma reflexão de cunho histórico-sociológico sobre a mutação da função social e política da aristocracia portuguesa. Pois, na verdade, a concepção de um “heroísmo” fundado no exemplo dos “grandes feitos guerreiros” da nobreza do passado aparece completamente destituída de justificação no século em que vive o último Ramires. Em outras palavras, numa época em que a nobreza perdeu suas atribuições guerreiras e tem de se sacrificar para participar da “parceria política” que governa o país, o ideal de grandeza aristocrática almejado pelo Fidalgo da Torre está como que deslocado, fora de contexto, sem espírito de adequação ao presente, pois perdeu sua necessidade histórica. Por isso, a meu ver, é patente o artificialismo desse empenho de atribuir ao “triunfo” de Gonçalo a auréola de grandeza heróica das grandes batalhas do passado que constituíam, a seu tempo, uma alternativa de resolução dos conflitos da alta política e atestavam o protagonismo histórico da nobreza tradicional. Efetivamente, tal paradigma de grandeza, transferido para um outro tempo, infenso a atitudes reflexivas capazes de extrair do passado subsídios críticos para uma melhor compreensão do presente, transforma-se subitamente numa concepção extemporânea de heroísmo que expõe toda a esterilidade das presunções insustentáveis.

Salvo engano, a “regeneração” de Gonçalo Ramires constitui a expressão máxima do que Antônio José Saraiva denominou “caráter aparente do ser”, o qual, segundo o crítico, está presente “em toda a obra de Eça”. Por ser assim, sempre de acordo com Saraiva, sob o império das aparências, nos romances e contos ecianos “tudo parece despido de realidade intrínseca”³⁸. Sem generalizar tanto, na minha opinião tal juízo crítico é adequado à consideração da pretensa revi-

37 QUEIROZ, s/d. *Op. cit.*, v. 1, p. 1389.

38 SARAIVA, Antônio José, 1995. *A tertúlia ocidental*. p. 172.

talização ramírica, uma vez que esta tem por fundamento a exterioridade dos movimentos e demonstrações de (duvidosa) força. Para colocar tudo em pratos limpos, digamos que o suposto revigoramento do fidalgo não passa de mera aparência reverenciada.

V

Ao não capitular às seduções do personagem principal, ao não considerar como tais suas demonstrações de força e ideais de grandeza que se vinculam aos valores tradicionais representados pela casta nobiliárquica, estamos na contracorrente de uma vertente tradicional da crítica eciana, que vê nas últimas obras literárias de Eça de Queiroz a expressão artística da conversão ideológica do autor, vale dizer, sua adesão aos valores da camada social conservadora. No entanto, a tarefa ainda não está concluída. Falta examinar o desfecho do romance, o qual, a meu ver, constitui a última armadilha do livro.

Mesmo para ensaístas muito finos, o final do romance tem força de enigma, colocando-se como um desafio para acuidade do crítico. Antônio José Saraiva fala do “inexplicável desfecho do livro”³⁹. Óscar Lopes refere-se ao “desfecho nebuloso de *A ilustre Casa de Ramires*”⁴⁰. Um outro ensaísta, Alberto Machado da Rosa, recorre ao desdém, considerando o remate do livro “ingênuo e supérfluo”⁴¹. Mas talvez ele não seja nem tão nebuloso nem tão supérfluo. Todo o último capítulo está centrado na volta de Gonçalo Ramires a Portugal, depois de uma estada de quatro anos na África. Importa apreciar, portanto, o significado e a funcionalidade que a viagem do fidalgo para a África tem na economia do livro.

Para Antônio José Saraiva o que torna inexplicável o final do romance é justamente esta partida de Gonçalo para o continente africano. Segundo pensa o crítico, não há nada no desenvolvimento anterior da intriga que prepare o terreno para esta súbita decisão de ir

39 SARAIVA, Antônio José, s/d. *As idéias de Eça de Queiroz*. p. 7.

40 FLOPES, Óscar, 1987. “Intersecção da ‘Geração de 70’ com a ‘de 90’”. In: LOPES, Óscar. *Entre Fialho e Nemésio: Estudos de literatura portuguesa contemporânea*. pp. 136.

41 ROSA, Alberto Machado da, s/d. *Eça, discípulo de Machado?*. p. 350.

para a África⁴². Parece-me difícil a comprovação deste ponto de vista, se tivermos em conta que, em alguns momentos do romance, a África comparece como tema recorrente nas discussões entre Gonçalo e seus amigos. E no âmbito desses debates, o trabalho nas colônias africanas de Portugal é considerado, entre outras coisas, como meio de enriquecimento pessoal. Segundo João Medina, a aventura do Ramires na África deve ser entendida como “pretexto para a regeneração moral do herói”, e este se converte em “aquilo que em Portugal subsistia como autêntico, positivo e carregado de esperança”, simbolizando “a História portuguesa nos seus valores ao mesmo tempo passados e futurantes”⁴³. A ser assim, o final de *A ilustre Casa de Ramires* é francamente otimista e a revitalização do fidalgo, um ponto pacífico. Já Óscar Lopes pensa que, no contexto da crise do *fin-de-siècle* português, o remate do livro, “com a partida do protagonista para a África, reflete sem crítica certas utopias em processo de generalização, como a panacéia ultramarina”⁴⁴. Modestamente, em que pese à grandiosidade do ensaísta, tenho minhas dúvidas quanto a ser este o significado último do desfecho do romance. Na minha opinião, este final tem algo de artificioso e irônico e um de seus intentos – talvez – seja o de colocar em causa justamente tal panacéia e seus defensores.

Se não respaldamos a pretensa regeneração do Fidalgo da Torre, resta-nos considerar que o móvel da partida para a África é simples mas dotado de força crítica suficiente para desarmar, no plano da organização do romance, ilusões nacionalistas e tradicionalistas de que estaria eivada *A ilustre Casa de Ramires*, como alguns supõem. Na verdade, o que impulsiona o protagonista para o continente africano é, ainda uma vez, o intento terra-a-terra de obter fortuna “para levar em Portugal, mas agora com os meios para isso, a vida de aristocrata ocioso que lhe está adequada”⁴⁵. Assim, articulada pela força dos liames do interesse pessoal à falsa reconciliação, às indignidades da eleição, ao projeto de casamento inspirado pelo dote, a ida para a

42 SARAIVA, s/d. *Op. cit.*, p. 7.

43 MEDINA, João, 1974. *Eça político*. p. 98.

44 LOPES, 1987. *Op. cit.*, p. 7.

45 PIWNICK, in LIMA, 1990. *Op. cit.*, p. 224.

África reduz-se às trivialidades da aspiração única de um aristocrata decadente: a ascensão social por meio da conquista da fortuna e do poder, não obstante o ônus das baixezas morais exigidas. Diante da desimportância de seus resultados, do ponto de vista do interesse coletivo, a empreitada do Ramires como “explorador colonial” não constituiria uma negação irônica das falsas soluções para a crise pós-*Ultimatum* adotadas acriticamente, como o irrealismo da empresa ultramarina? Correlativamente, o episódio da aventura africana, ao representar um abandono dos deveres públicos em favor do interesse particular – pois, afinal de contas, Gonçalo é um deputado em início de mandato –, constitui uma continuação implícita da crítica ao homem público alheio ao desempenho responsável da sua função no contexto da política constitucional portuguesa oitocentista. Com efeito, se não estou enganado, o episódio da partida para a África garante à obra coesão e coerência estrutural, com lucro para o viés crítico do romance, e sérias dificuldades para a tese do conservadorismo do “último Eça”.

Neste último capítulo do romance, além do episódio da aventura africana destaca-se a famosa fala de João Gouveia que sugere uma convergência de características entre o personagem principal e Portugal. O ponto a considerar é o seguinte: no balanço de qualidades e imperfeições proposto pelo amigo político, as virtudes – as reais e as supostas – ganham relevo, pois os defeitos apontados são, convenientemente, poucos, além de registrados com uma complacência que atesta a parcialidade de quem está com a palavra.

Desse modo, se nos contentarmos com as opiniões de João Gouveia, sancionamos um conjunto de apreciações que apenas aparentemente dão conta das contradições do protagonista, mas que, na verdade, não passam de um alinhamento de prós e contras com pouca fundamentação no nível prático da trajetória de Gonçalo e reduzido alcance crítico, marcado que está pelo comprometimento de quem o enuncia. Com efeito, se não desconfiamos do Gouveia, aceitamos as determinações últimas de sua fala que parecem apontar para uma predominância do que apresenta configuração positiva: a afirmação do heroísmo, a “antigüidade de raça”. Quanto à partida para a África, citada por último pelo administrador, este episódio é considerado,

como vimos, por um estudioso da importância de João Medina como “pretexto para a regeneração moral do herói”⁴⁶. A concordarmos com Medina e satisfazer-mo-nos com o que diz o personagem Gouveia, estaremos prontos para conceber o desfecho do romance como um exemplo de final feliz. Avalizaremos, então, um certo otimismo que aparentemente marca este remate e parece ter, na convergência entre Gonçalo – representante maior da aristocracia portuguesa – e Portugal, sua expressão mais significativa. Assim, seria vantajoso para Portugal assemelhar-se a um fidalgo com alguns pequenos defeitos, mas que se tornou um herói, alguém com vinculação profunda com os valores do “passado heróico” de que retirou forças, cuja aventureira e bem-sucedida partida para a África poderia ser entendida como uma espécie de metáfora de seu próprio revigoramento. Na verdade, são evidentes os limites de uma tal leitura que, por se basear na concepção tradicional da grandeza heróica do passado, é representante da interpretação que considera o Eça da fase final como o “apologista da Tradição”. Pois o que significa dizer que o que se trata de restaurar são “os valores heróicos dum passado”, como quer Medina⁴⁷? Ora, ao longo do romance, os pretensos valores heróicos estão vinculados exclusivamente à nobreza, representada pela linhagem dos Ramires. Por ser assim, falar de restauração de grandezas do passado heróico, no âmbito de *A ilustre Casa de Ramires*, significa afirmar a proeminência dos valores tradicionais da nobreza, tais quais o romance nos apresentaria – a lealdade, a valentia, a força moral dos grandes homens. Em suma, trata-se de uma leitura embebida, malgrado seu, na tese de um “idealismo restaurador”⁴⁸ que constituiria a base do conformismo dos últimos romances de Eça.

Uma vez que nego de modo reiterativo a regeneração do protagonista, minha leitura não faz caso dos tais valores heróicos recuperados. Pelo contrário, estou convencido de que Gonçalo constitui uma espécie de símbolo da aristocracia portuguesa decadente, como

46 MEDINA, 1974. *Op. cit.*, p. 110.

47 MEDINA, 1974. *Op. cit.*, p. 98.

48 Expressão de José Paulo Paes (Do fidalgo ao guarda-livros, *Folha de S. Paulo*, caderno Mais!, 18 out. 1992, pp. 5-8).

se ratifica no último capítulo do livro⁴⁹. Sendo assim, as coisas mudam de figura e as conclusões a tirar são outras.

De acordo com Mário Sacramento, não atribuir à ironia um papel decisivo nesta identificação de Gonçalo com Portugal significa não considerar um dos procedimentos centrais dos processos de escrita de Eça de Queiroz⁵⁰. Com efeito, o final irônico do romance revela os limites de uma auto-representação de classe cuja base é a convergência de identidade entre Portugal e a nobreza – uma vez que esta, em sua auto-imagem de classe superior, seria a portadora de atributos identitários constitutivos do “modo de ser” da nação. Sob a inspiração desta convergência de cunho ideológico, o suposto revigoramento de Gonçalo – fundamentado nos feitos do passado heróico resgatado, à sombra da História feita pelos maiores – vincular-se-ia, no plano do romance, à revitalização de Portugal. No entanto, se bem considerada, a prática irônica confere ao remate do livro uma inflexão crítica que desarma tal ideologia, expondo a fragilidade do nacionalismo, “de expressão tradicionalista, como fator de regeneração moral e de progresso social”⁵¹. Pois a grande ironia deste desfecho está justamente em fazer do principal representante da aristocracia portuguesa decadente do século XIX no romance a imagem e semelhança de Portugal. No âmbito de uma tal identificação, cabe uma pergunta: o espelhamento no exemplo desta aristocracia – um exemplo não fundado na assunção de responsabilidades coletivas – teria forças para alçar a nação portuguesa ao nível dos desafios e exigências reformistas impostos pela crise pós-*Ultimatum*⁵²? E a resposta,

49 “Que Gonçalo se torna no último capítulo o símbolo de uma nobreza portuguesa decadente, é ainda a prima Maria que no-lo indica: a chegada do primo reuniu no cais, para uma brilhante recepção, toda a fina flor da nobreza de Portugal, e se uma revolução tivesse eclodido nessa manhã, os republicanos teriam podido apanhá-la na rede de uma só vez.” (PIWNICK, in LIMA, 1990. *Op. cit.*, p. 225).

50 SACRAMENTO, Mário. *Eça de Queiroz: Uma estética da ironia*. pp. 256-257.

51 PIMPÃO, Álvaro Júlio da Costa. “Uma interpretação de *A ilustre Casa de Ramires*”. In: *Escritos diversos*. p. 245.

52 No seu artigo intitulado “O *Ultimatum*”, Eça critica, com lucidez, a esterilidade dos possíveis atos de desagravo dos portugueses à humilhação imposta a Portugal pela Inglaterra e defende um conjunto de reformas estruturais para o país, apelando para a utilização do fervor patriótico pelo *Ultimatum* no sentido da necessidade de envidar esforços e responsabilidades coletivas imprescindíveis à consecução do programa de transformações sócio-econômicas que ele, Eça, preconiza. Ver QUEIROZ, s/d. *Op. cit.*, v. 3, pp. 952 – 953.

em sua evidência negativa, tem custo alto para a interpretação canônica das obras do “último Eça”.

Tudo somado e bem pesado, talvez possamos dizer, uma vez mais com Marie-Hélène Piwnick, que *A ilustre Casa de Ramires* “deveria de fato ser considerada como um dos elementos da terceira portada da crítica social queirosiana, que abre precisamente (...) sobre a nobreza, iluminando os dois primeiros, sobretudo o clero e a burguesia”⁵³. E é sob a égide da ironia – a “Santa Ironia” um dia enaltecida por Eça⁵⁴ – que se sustenta este importante painel crítico da sociedade portuguesa do século XIX realizado pelo grande escritor.

BIBLIOGRAFIA

- BERRINI, Beatriz. *Portugal de Eça de Queiroz*. Lisboa, Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 1984.
- CABRAL, Manoel Vilaverde. *O desenvolvimento do capitalismo em Portugal no século XIX*. Lisboa, A Regra do Jogo, 1977.
- CANDIDO, Antonio. “Eça de Queiroz entre o campo e a cidade”. In: PEREIRA, Lúcia Miguel e REYS, Câmara (orgs.). *Livro do centenário de Eça de Queiroz*. Lisboa/Rio de Janeiro : Edições Dois Mundos, 1945. pp. 137 – 155.
- CIRURGIÃO, Antônio. A estrutura de *A Ilustre Casa de Ramires* de Eça de Queiroz. *Ocidente*, v. LXXVII, 1969.
- CORTESÃO, Jaime. *Eça de Queiroz e a questão social*. Lisboa, Seara Nova, 1949.
- FREELAND, Alan. *O leitor e a verdade oculta: Ensaio sobre Os Maias*. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1989.
- LIMA, Isabel Pires de. *As máscaras do desengano: Para uma abordagem sociológica de Os Maias de Eça de Queiroz*. Lisboa, Editorial Caminho, 1987.
- LINS, Álvaro. *História literária de Eça de Queiroz*. Rio de Janeiro, Edição da Livraria do Globo, 1945.

⁵³ PIWNICK, in LIMA, 1990. *Op. cit.*, pp. 221-222.

⁵⁴ QUEIROZ, s/d. *Op. cit.*, v. 3, p. 496.

- LOPES, Óscar. "Intersecção da 'Geração de 70' com a 'de 90'". In: *Entre Fialho e Nemésio: Estudos de literatura portuguesa contemporânea*. v. 1. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1987. pp. 135 – 138.
- MEDINA, João. *Eça político*. Lisboa, Seara Nova, 1974.
- PAES, José Paulo. Do fidalgo ao guarda-livros. *Folha de S. Paulo*, caderno Mais!, 18 out. 1992. pp. 5-8.
- PESSOTI, Isaías. Vantagens do turismo temporal. *Folha de S. Paulo*, caderno Mais!, 11 set. 1994. pp. 5-6.
- PIWNIK, Marie-Hélène. "Gonçalo Ramires: História de uma degeneração". In: LIMA, Isabel Pires de (org.). *Eça e Os Maias*. Porto, Edições Asa, 1990. pp. 221-226.
- PIRES, Antônio M. Bittencourt Machado. *A idéia de decadência na Geração de 70*. Ponta Delgada, Instituto Universitário dos Açores, 1980.
- PIMPÃO, Álvaro Júlio da Costa. "Uma interpretação de *A ilustre casa de Ramires*". In: *Escritos diversos*. Coimbra, Edições Estudos, 1946.
- ROSA, Alberto Machado da. *Eça, discípulo de Machado?* 2. ed., Lisboa, Editorial Presença, s/d.
- SACRAMENTO, Mário. *Eça de Queiroz: Uma estética da ironia*. Coimbra, Coimbra Editora, 1945.
- SARAIVA, Antônio José. *A tertúlia ocidental*. Lisboa, Gradiva, 1995.
- SARAIVA, Antônio José. *As idéias de Eça de Queiroz*. Porto, Editorial Inova, s/d.
- SILVA, Augusto Santos. "Para uma perspectiva histórico-sociológica da obra de Eça de Queiroz". In: LIMA, Isabel Pires de (org.). *Eça e Os Maias*. Porto, Edições Asa, 1990, pp. 267-275.